



## **30 DE JUNHO DE 2011**

### **Quinta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **FINANCIAMENTO DE IMÓVEIS SURPREENDE E CRESCE 48%**
- **CURITIBA É O DESTINO MAIS ATRAENTE DO SUL**
- **DESONERAÇÃO DA FOLHA SERÁ FEITA POR SETORES**
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO JAPÃO CRESCE 5,7% EM MAIO**
- **DILMA PEDE MAIOR PROTEÇÃO COMERCIAL PARA MERCOSUL**
- **CUSTO DE MÃO DE OBRA E CAPITAL É PREJUDICIAL**
- **TAXA DE DESEMPREGO EM 7 REGIÕES CAI A 10,9% EM MAIO**
- **FINANCIAMENTOS NO PARANÁ FICARAM ABAIXO DO ESPERADO, APONTA BRDE**
- **FGV: DEFLAÇÃO DE 0,18% NO IGP-M EM JUNHO FOI PONTUAL**
- **FIEP CRIA CÂMARA TÉCNICA PARA ARTICULAR DESENVOLVIMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS**
- **EMPRESAS EM EXPANSÃO NECESSITAM DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SOCIETÁRIO**
- **TETRA PAK INVESTE EM FÁBRICA DE TESTES PARA ATRAIR CLIENTES**
- **MICROCRÉDITO MIGRA PARA O SUDESTE**
- **STJ IMPEDE LEILÃO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
- **CONSTRUÇÃO CIVIL CRESCE PELA PRIMEIRA VEZ**

<b>Câmbio</b> Em 30/06/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,559	1,561
<b>Euro</b>	2,257	2,261

Fonte: BACEN

## Financiamento de imóveis surpreende e cresce 48%

30/06/2011- Gazeta do Povo

Depois do recorde do ano passado, bancos e incorporadoras começaram 2011 com projeção de que o mercado imobiliário cresceria menos. Mas a forte procura está surpreendendo até mesmo as instituições financeiras. Em maio, o saldo das operações de crédito imobiliário atingiu R\$ 151,8 bilhões, 48% superior ao do mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pelo Banco Central. O crédito habitacional, mesmo com a desaceleração da economia, continua evoluindo num ritmo que é o dobro do registrado pelas demais modalidades de crédito, que avançaram, em média, 20% no acumulado de 12 meses.

O ritmo deste ano está, inclusive, muito próximo do ano passado, quando o saldo aumentou 50% na comparação com 2009, e fechou no recorde de R\$ 131,4 bilhões. Segundo estimativas de mercado, somente no Paraná pelo menos R\$ 8 bilhões em financiamentos devem ser liberados para a compra de imóveis em 2011 – a maior parte pela Caixa Econômica Federal, que prevê contratar até R\$ 5,6 bilhões no estado.

Embora aquecido, o crédito imobiliário pode ficar mais caro a partir de 2013, quando devem se esgotar os recursos da poupança para financiar o setor. Bancos e governo

vêm discutindo que outras fontes de captação podem ser usadas, mas, por ora, ainda não há consenso. A poupança é hoje a principal fonte de recursos para habitação no país. Um dinheiro barato, mas cujos depósitos não vêm acompanhando a velocidade da demanda por financiamentos imobiliários, cujo montante praticamente dobra a cada dois anos no Brasil.

Atualmente 65% do saldo da poupança vai para a habitação. A Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) estima que a partir de 2013 o "déficit" de crédito da poupança para o mercado imobiliário pode superar R\$ 100 bilhões. Essa tendência já aparece nos números. Em abril de 2011, o volume financiado para aquisição de imóveis com recursos da caderneta somou R\$ 6,16 bilhões, 42% mais que no mesmo período do ano passado; a poupança, porém, registrou uma captação líquida negativa no mês, com retiradas superando os depósitos em R\$ 612 milhões.

Basicamente duas alternativas de "funding" para o setor imobiliário vêm sendo discutidas. A primeira é a securitização, operação muito comum nos Estados Unidos, na qual as próprias carteiras imobiliárias são transformadas em títulos que serão vendidos no mercado como forma de refinanciamento para investidores. Nesse caso, as empresas securitizadoras "empacotam" as carteiras e as vendem no mercado. Por sinal, esse é o modelo que deu origem à bolha do crédito "subprime".

A outra alternativa é a criação de "covered bonds", títulos emitidos pelos próprios bancos, com garantia tanto do imóvel quanto da instituição. O modelo é comum na Europa. Mas, para ganhar escala, ambas as alternativas terão de se tornar atrativas para o investidor frente a outras opções – como títulos do governo federal, cuja maioria tem remuneração atrelada à Selic, hoje em 12,25% ao ano.

Ou seja, se mantido o atual cenário e esses títulos ligados ao mercado imobiliário tiverem de ser competitivos, eles provavelmente serão um dinheiro de captação mais cara, o que deve se refletir no crédito ao consumidor. "Cada vez esse 'muro' está ficando mais perto, e governo e bancos terão de achar uma solução. O recurso da poupança deve se esgotar dentro de 18 a 24 meses", afirma José Roberto Machado Filho, diretor-executivo do Santander. (CR)

Dona de cerca de 70% do mercado, a Caixa financiou de janeiro a maio R\$ 1,99 bilhão em imóveis no Paraná, 25% a mais que no mesmo período do ano passado. Em Curitiba, o volume cresceu 18,4%, para R\$ 721 milhões, na mesma base de comparação. "No início do ano, nossa estimativa era a de repetir o volume do ano passado; imaginávamos que a demanda já estava próxima do limite. Mas o mercado continua muito aquecido. Devemos fechar o ano com aumento de 15% a 18%", diz o superintendente da Caixa em Curitiba, Hermínio Basso.

Do total financiado, R\$ 1,12 bilhão foi para imóveis enquadrados no programa Minha Casa, Minha Vida, na faixa de renda de três a dez salários mínimos. O crescimento foi registrado mesmo com a suspensão, desde o início do ano, das contratações de imóveis para as famílias que ganham de zero a três salários, que, para serem retomadas, ainda dependem da regulamentação das regras da segunda fase do programa.

Mesmo com o crescimento menor da economia, a oferta de crédito pelos bancos continua forte e o emprego está em alta, o que mantém o consumidor estimulado a comprar a casa própria.

## **Apetite**

Os bancos privados, que tradicionalmente eram pouco atuantes no crédito imobiliário no Brasil, descobriram nesse filão – que tem potencial de crescimento – a chance de fidelizar clientes. Hoje esse tipo de crédito representa 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no país, contra 37,7% na Alemanha e 61,2% na Espanha.

O HSBC revisou de 50% para 80% sua previsão de crescimento dos negócios imobiliários em 2011. Os financiamentos devem chegar a R\$ 1,8 bilhão, segundo Jaime Chigamças, superintendente de crédito imobiliário do HSBC, que fechou uma parceria com a imobiliária Brasil Brokers nesse segmento. “A procura está muito forte. É preciso lembrar que o mercado ficou parado 10, 15 anos. Existe uma demanda tanto pelo primeiro imóvel quanto pela substituição do atual por um melhor”, acrescenta.

## **Classe alta**

Segundo os bancos, além da população de baixa renda, que é beneficiada pelo Minha Casa, Minha Vida, a faixa de classe média e média-alta também está puxando a demanda por imóveis. Esse público é formado principalmente por quem está trocando o aluguel pela casa própria, por casais recém-casados ou separados e, em menor grau, por investidores, segundo Rodrigo Gordinho, diretor comercial da Credipronto!, joint venture criada em 2008 entre o Itaú e a imobiliária Lopes. A empresa prevê dobrar o volume de financiamentos imobiliários em 2011, para R\$ 1,2 bilhão. O ticket médio de financiamento desse público, segundo os bancos, varia de R\$ 150 mil a R\$ 250 mil e os prazos de financiamento, de 25 a 30 anos.

Também está crescendo o número de pessoas que vêm comprando mais de um imóvel, como o gerente de vendas Gilberto dos Santos, 42 anos, que começou a pagar, há três meses, o financiamento de um apartamento de R\$ 234 mil no bairro Rebouças para a ex-mulher e os filhos. Santos, que financiou o imóvel por 30 anos, também comprou um apartamento, no Boa Vista, de R\$ 200 mil, que poderá ser usado para investimento ou moradia quando ficar pronto, no ano que vem. “Preferi não quitar o apartamento no Rebouças e investir em outro imóvel”, diz.

## **Demanda consistente**

Para José Roberto Machado Filho, diretor-executivo de negócios imobiliários do Santander, o crescimento dos financiamentos mostra que a demanda por imóveis é consistente. As originações para compra e construção do banco, de pessoas físicas e jurídicas, atingiram R\$ 2,3 bilhões no primeiro trimestre, 45% mais que no mesmo período de 2010.

“Mesmo assim, os financiamentos ainda representam um volume muito pequeno na carteira. No nosso caso, eles não alcançam mais de 8% do total de clientes. O que

significa que temos um espaço para conquistar. Estamos vivendo um novo ciclo de crédito, agora de longo prazo”, afirma.

## Curitiba é o destino mais atraente do Sul

30/06/2011- Gazeta do Povo

Profissionais que se dizem interessados em avaliar uma oportunidade de trabalho na Região Sul apontam Curitiba como o destino mais atraente. Esse é o resultado de um levantamento realizado pela multinacional inglesa de recrutamento Hays, que abriu na semana passada uma unidade em Curitiba, a quarta no país – as outras são em São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas.

Entre 1,8 mil candidatos a uma vaga que fazem parte do banco de dados da Hays no Brasil, 36,2% citam a capital paranaense como a cidade mais atrativa do Sul na hora de aceitar um novo emprego. Florianópolis (31,3%) e Porto Alegre (17,2%) vêm em seguida. A região menos citada é “interior ou litoral paranaense”, com 3% (veja quadro ao lado).

O que mais pesa na decisão desses profissionais é o pacote anual de remuneração e os benefícios, apontado por 77,5% dos entrevistados; a qualidade de vida para eles e suas famílias (68,9%); e o desafio proposto pela contratante (64,2%).

Para Cesar Rego, gerente da unidade da Hays em Curitiba, o resultado revela que os profissionais veem que empresas importantes estão estabelecidas na cidade. “A qualidade de vida sempre foi um ponto importante e atraente da cidade, mas agora a pesquisa mostra que, além disso, a possibilidade de uma boa remuneração e de benefícios também pesam na decisão de vir para cá”, diz. Ele lembra que mesmo uma mudança horizontal na carreira – mantendo-se cargo e salário similares ao emprego anterior – pode ser vantajosa. Um profissional que sai de São Paulo encontra um custo de vida mais baixo em Curitiba, ou seja, possui maior poder de compra aqui.

A maior parte dos entrevistados na pesquisa é do sexo masculino (75%) e tem entre 30 e 39 anos (46,4%). Do total de participantes, 56% são de São Paulo e 46% atuam em algum cargo de gerência.

### Escassez

De acordo com o executivo da Hays, alguns cargos em Curitiba e região são difíceis de serem preenchidos com profissionais do próprio estado. Ele cita as funções de engenharia de produção, planejamento financeiro, gerenciamento de projetos, vendas técnicas (de máquinas e equipamentos) e relação com investidores como algumas que normalmente são ocupadas por profissionais de fora do Paraná.

Em Curitiba, a filial da empresa começará a atuar no recrutamento de profissionais de média e alta gerência – uma outra unidade é responsável pelo recrutamento de diretores e presidentes. A consultoria vê a cadeia automotiva da região como bastante atraente para o serviço que oferece. “A Hays fez um estudo para analisar o potencial de sete cidades do país, e Curitiba ficou em primeiro lugar”, afirma Luiz Valente, diretor-geral da Hays no Brasil. “A região vem apresentando crescimento acelerado e sustentável nos últimos anos”, diz ele, citando o caso da indústria metal-mecânica.

Curitiba tem sido alvo de diversas consultorias de recrutamento com renome internacional. Manpower, Michael Page e Fesa são algumas das empresas que já estão instaladas na cidade.

## **Perfil**

A Hays possui 257 escritórios em 31 países. A unidade brasileira, que existe desde 2006, responde pelo sexto maior faturamento do grupo.

## **Desoneração da folha será feita por setores**

30/06/2011- Gazeta do Povo

A desoneração da folha salarial, medida integrante da reforma tributária, será implantada gradualmente, por setores. A informação foi dada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. "Primeiro serão atendidos os setores mais necessitados", disse ele, durante reunião na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados.

A retirada da contribuição patronal ao INSS de 20% sobre a folha salarial, substituindo-a por uma tributação sobre o faturamento, fará parte também da nova política de desenvolvimento produtivo que o governo pretende anunciar em julho. Um dos objetivos da mudança é dar mais competitividade às empresas exportadoras, que ficarão livres da taxaço.

A decisão de fazer uma transição gradual entre a folha e o faturamento atende aos interesses do Ministério da Previdência Social, que teme oscilação brusca no fluxo das receitas que financiarão as aposentadorias e pensões. "E se não tiver dinheiro para pagar? Não adianta querer dizer para a Previdência que se vire", afirmou o ministro Garibaldi Alves. "Quero saber onde estará o dinheiro", acrescentou.

Segundo o secretário da Previdência Social, Leonardo Rolim, já ficou acertado com o Ministério da Fazenda que a mudança não será feita de uma só vez. Os técnicos estudam uma transição de três anos.

## **Resistência**

Apesar da proposta de transição gradual, a Previdência ainda não está 100% convencida sobre as vantagens da mudança. Rolim observou que a contribuição cobrada sobre a folha é uma receita mais estável do que um tributo sobre o faturamento. Isso porque em momentos de crise as empresas podem faturar menos, mas não necessariamente desempregam.

Garibaldi observou, ainda, que os maiores beneficiados com a mudança são os setores que empregam muito. Porém, a maior parte das empresas brasileiras é de pequenas e médias, que têm quadro de pessoal pequeno. "Nem tudo o que parece acertado é tão pacífico", comentou.

Rolim explicou que a mudança proposta pelo governo não vai acabar com a contribuição patronal, apenas transferi-la para o faturamento. Ou seja, não será criado um tributo novo. É a contribuição já existente que incidirá sobre uma base diferente. Além disso, as empresas continuarão recolhendo dois tributos sobre a folha: o adicional para trabalho especial (para empregados que trabalham em minas,

siderúrgicas e outras áreas insalubres) e o adicional pelo risco de acidente de trabalho.

## Produção industrial do Japão cresce 5,7% em maio

30/06/2011- Gazeta do Povo

A **produção industrial do Japão** aumentou 5,7% em maio na comparação com o mês anterior, em números ajustados à sazonalidade, informou o Ministério da Economia, Comércio e Indústria. Essa foi a segunda maior alta da história e deu continuidade ao processo de recuperação que se seguiu ao terremoto de 11 de março.

A leitura ficou ligeiramente acima da mediana das previsões de economistas consultados pela Dow Jones, que era de uma alta de 5 5%. Em abril, a produção industrial havia aumentado 1,6%.

O crescimento de maio foi sustentado principalmente pela produção de automóveis e de dispositivos de comunicação. A expansão deve continuar enquanto prosseguem os gastos com a reconstrução do país. Indústrias consultadas pelo ministério previram aumento de produção de 5,3% em junho e de 0,5% em julho.

Como reflexo da forte influência das obras de reconstrução, a produção industrial nas áreas afetadas pelo terremoto no norte do Japão cresceu 18,8% em relação a um mês antes, enquanto a das áreas não afetadas aumentou 4,5%, segundo o Ministério.

## Dilma pede maior proteção comercial para Mercosul

30/06/2011- Gazeta do Povo

A presidente **Dilma Rousseff** propôs nesta quarta-feira ao **Mercosul** o aumento da proteção comercial contra o aumento de importações, numa tentativa de conter a entrada de produtos baratos da **Europa, Ásia e Estados Unidos** em uma região de rápida expansão.

A proposta, levada pelo Brasil à Comissão de Comércio do bloco que também é formado por Argentina, Paraguai e Uruguai, será discutida nas próximas semanas e permitirá que cada país eleve individualmente seus tributos de importação de bens não pertencentes à zona, de acordo com uma autoridade do governo brasileiro.

A presidente Dilma Rousseff (centro), o chanceler Antonio Patriota (esquerda) e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, participam da cúpula do Mercosul em Luque, nos arredores de Assunção, no Paraguai

"Nós, países do Mercosul, devemos estar bem atentos ao que se passa no mundo. Neste momento de excepcional crescimento da região, identificamos que alguns parceiros de fora buscam vender-nos produtos que não encontram mercado no mundo rico", disse Dilma, em sua primeira participação numa cúpula do Mercosul desde que tomou posse em janeiro.

Chanceleres e ministros de Comércio e Economia do bloco, reunidos perto de Assunção desde terça-feira, expressaram preocupação pela perda de competitividade da economia regional por uma apreciação de suas moedas, o que estimula as importações.

Dilma disse que "precisamos avançar no desenvolvimento de mecanismos comunitários que venham reequilibrar a situação" e pediu que a Comissão de Comércio do bloco aprove a proposta do Brasil até dezembro, quando chegará ao fim o semestre de presidência uruguaia no Mercosul, que começa a partir da atual cúpula.

As economias do Mercosul voltarão a crescer este ano acima da média mundial, com taxas que oscilarão entre 4 por cento, no caso do Brasil, até 7 por cento ou mais, no caso da Argentina -- um nível mais moderado em comparação com o crescimento de 2010.

"Os países em desenvolvimento na América Latina, neste contexto, têm um desempenho muito mais dinâmico, mas muitos de nós têm sofrido as consequências do excesso de liquidez produzido pelos países ricos, que compromete nossa competitividade e tem sido o principal fator responsável pelas pressões inflacionárias existentes", disse Dilma.

Além de Dilma, também participaram da reunião do Mercosul em Paraguai os chefes de Estado de Equador e Uruguai. A presidente argentina, **Cristina Kirchner**, não viajou por recomendação médica.

O presidente do Uruguai, **José Mujica**, que falou depois de Dilma, pediu que as companhias brasileiras, as maior fortes da região, cooperem para ajudar a desenvolver seus sócios.

"O Brasil não tem culpa de ser tão grande nem nós temos culpa de sermos tão pequenos. Isso se arruma multiplicando os atores", disse Mujica.

Dilma defendeu que as assimetrias entre os sócios sejam enfrentadas, "realizando projetos de grande relevância".

"Precisamos promover maior integração de nossas cadeias produtivas, estimulando parcerias entre as empresas da região, sobretudo as de pequeno e médio porte", afirmou a presidente.

## Custo de mão de obra e capital é prejudicial

30/06/2011- Gazeta do Povo

Os altos custos de capital e de mão de obra no Brasil estão entre os principais fatores que prejudicam a competitividade da indústria automotiva brasileira em relação a outros países. De acordo com estudo apresentado nesta quarta-feira (29) pela **Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores** (Anfavea), a mão de obra no setor no Brasil, incluindo encargos, custa 5,3 euros por hora, enquanto no México o custo é de 2,6 euros por hora, na China, de 1,3 euro por hora, e na Índia, de 1,2 euro por hora. A taxa básica de juros real (descontada a inflação) é de 5,5% no Brasil 1,1% no México e 1,0% na China, sendo que em países como Japão, Coreia, EUA, Índia, Estados Unidos e na própria Europa essa taxa é negativa.

"Além disso, somos afetados por externalidades, como o câmbio", afirmou Cledorvino Belini, presidente da Anfavea, que apresentou o estudo à imprensa. "Enquanto o dólar se desvalorizou frente ao real, na comparação com a moeda mexicana e a coreana o dólar se valorizou, o que beneficia a exportação de automóveis desses países", disse.

De acordo com o levantamento, elaborado pela PricewaterhouseCoopers e apresentado pela Anfavea ao governo há cerca de 15 dias, os custos totais da cadeia automotiva no Brasil chegam a ser 60% maiores do que em outros países. Se na China um custo hipotético na indústria automotiva é de US\$ 100, por exemplo, no Brasil é de US\$ 160, no México é de US\$ 120 e na Índia, de US\$ 105 (considerando produtos equivalentes).

## Inovação

A indústria automotiva brasileira acredita que poderá reverter o atual déficit da balança comercial do setor até 2015 ou 2016 caso a nova política industrial do governo - que deve ser apresentada em julho - contemple iniciativas que estimulem a inovação. "Em 2010, o saldo foi negativo em US\$ 6 bilhões, sendo que em 2006 tínhamos chegado a um superávit de US\$ 9,6 bilhões. O setor automotivo representou 60% da redução do saldo comercial brasileiro entre 2006 e 2010", afirmou Cledorvino Belini, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

"Sem inovações disruptivas, isso não será possível. As últimas verdadeiras inovações disruptivas que tivemos no nosso setor foram a criação do etanol e do carro flex", disse. Segundo ele, o Brasil investe apenas cerca de 1% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento, enquanto na China esse número é de 1,5%, nos Estados Unidos é de 2,7% e na Coreia e no Japão chega a 3,5%.

Belini disse que o estudo foi bem recebido pelo governo e que um grupo multidisciplinar, que inclui, por exemplo, integrantes dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), da Fazenda e da Ciência e Tecnologia, está estudando a questão.

Na opinião dele, se não forem feitos investimentos em inovação, o País continuará importando cada vez mais. A Anfavea estima que este ano serão comercializados 3,69 milhões de automóveis no Brasil, mas que até 2020 esse número pode chegar a 6 milhões. "Mercado nós temos. Mas se não fizermos nada, estaremos criando mercado para ser abastecido por veículos de fora", afirmou.

De acordo com números divulgados pela Anfavea, enquanto as vendas de veículos no Brasil cresceram 115% desde 2005, a produção cresceu num ritmo bem menor, 45%. Ou seja, essa diferença foi suprida pela importação de veículos, que passou de 88 mil unidades em 2005 para mais de 660 mil no ano passado e deve chegar a 850 mil este ano.

## Taxa de desemprego em 7 regiões cai a 10,9% em maio

30/06/2011- Gazeta do Povo

A **taxa de desemprego** nas sete regiões metropolitanas que fazem parte da **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**, calculada pela **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)** e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (**Dieese**), permaneceu praticamente estável em maio, ao variar de 11,1% em abril para 10,9%. Em maio de 2010, essa taxa era de 13,2%.

O número de postos de trabalho criados em maio (192 mil) superou o número de pessoas que entraram na força de trabalho (151 mil), o que reduziu o total de desempregados em 41 mil pessoas. A pesquisa foi realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

O rendimento médio real dos ocupados caiu 1,2% em abril ante março, passando para R\$ 1.367. No mesmo período, a massa de rendimentos dos ocupados registrou diminuição de 0,6%. Na comparação com abril de 2010, o rendimento médio real aumentou 2,9% e a massa de rendimentos teve alta de 5,3%.

## **Financiamentos no Paraná ficaram abaixo do esperado, aponta BRDE**

30/06/2011- O Estado do Paraná

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) financiou menos do que o esperado no primeiro semestre deste ano no Paraná. Dos R\$ 500 milhões que o BRDE planejava financiar em projetos neste primeiro semestre, não se atingiu os 100%. A expectativa continua sendo de aplicação de R\$ 1 bilhão nos negócios paranaenses até dezembro.

Esse panorama foi influenciado pela falta de projetos empresariais apresentados ao BRDE, que pode atuar como um facilitador na aquisição de créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "As indústrias deram uma retraída após fevereiro, março, mas isso também é influenciado pelo desconhecimento do empresário em buscar o BRDE", avalia o gerente de Operações para o estado do Paraná e Mato Grosso do Sul do banco, Paulo Cesar Starke Junior.

Caso a meta de financiamento de R\$ 1 bilhão no Paraná seja atingida até o fim do ano, serão R\$ 150 milhões a mais aplicados, em relação ao ano passado, quando dos R\$ 1,8 bilhão aplicados pelo BRDE no Sul do Brasil, R\$ 850 milhões foram para o Paraná. No ano anterior, os números foram maiores: R\$ 2,2 bilhões de financiamento para negócios em toda a região Sul durante 12 meses, sendo R\$ 1,15 bilhão para o Paraná.

Tradicionalmente, o setor agroindustrial é o que mais recorre aos financiamentos do BRDE no Estado, correspondendo a mais de 50% dos negócios no Paraná. A perspectiva de crescimento, no entanto, está no setor de geração de energia, como, por exemplo, na construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), tendo em vista a recente política governamental do Estado e os incentivos dados ao setor. "Temos pelo menos uma dezena de projetos em análise de PCHs, de investidores no Paraná e que podem ter até 80% do projeto financiado", conta Starke Junior.

Além do setor energético, outros que têm crescido e que devem incrementar os financiamentos são os supermercados, construção e expansão de hotéis no interior do Paraná. As taxas de financiamento do BRDE variam de 6,5% a 11,4% ao ano. "O prazo do financiamento depende do retorno do investimento", comentou o gerente de operações do banco nesta quarta-feira (29), durante reunião com empresários do Estado, organizada pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças seccional Paraná (Ibef-PR).

## FGV: deflação de 0,18% no IGP-M em junho foi pontual

30/06/2011- O Estado do Paraná

O coordenador de Análises Econômicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Salomão Quadros, disse hoje que a deflação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrada no mês de junho, de 0,18%, foi pontual, influenciada por setores que atuam de forma temporária na composição do indicador. De acordo com ele, embora os preços dos alimentos in natura, das commodities agrícolas e do álcool tenham registrado redução em junho, os serviços continuam a subir. "Os serviços continuam com comportamento exatamente igual", disse o coordenador do IGP-M.

Em junho, os serviços registraram alta de 0,44%, ante 0,66% em maio. Em 12 meses, porém, continuam a registrar aceleração. No acumulado de 12 meses até junho, os serviços registram alta de 6,34%. Até maio, a alta era de 6,27% e, até dezembro, de 5,28%. "A inflação de serviços continua a existir, embora esteja encoberta pela deflação do IGP-M como um todo. A questão da inflação de serviços não está adormecida, continua muito acordada", explicou Quadros.

Dentro dos serviços, os segmento de serviços administrados desaceleraram de 0,80%, em maio, para 0,36%, em junho. De acordo com o coordenador do IGP-M, essa desaceleração ocorreu porque houve uma concentração de reajustes de tarifas de água, luz e esgoto em diversas cidades brasileiras no mês passado. Em 12 meses, os administrados acumulam alta de 5,51%, taxa que também vem crescendo e que estava em 5,46% nos 12 meses encerrados em maio e em 4,51% nos 12 meses encerrados em dezembro.

Os outros serviços, por sua vez, registraram desaceleração menor, de 0,54%, em maio, para 0,51%, em junho. Em 12 meses, os outros serviços acumulam alta de 7,06%, ante 6,99% nos 12 meses encerrados em maio e 5,97% nos 12 meses encerrados em dezembro. "Até o momento, não tivemos nenhuma alteração na demanda por serviços e eles devem continuar subindo até o fim do ano", disse o coordenador do índice.

Segundo Quadros, esse comportamento deve ser influenciado pelo salário mínimo, que deve aumentar 7,5%, em termos reais, no início de 2012. "Será uma pressão extra sobre os serviços", afirmou.

## Fiep cria câmara técnica para articular desenvolvimento de veículos elétricos

30/06/2011- O Estado do Paraná

Com objetivo de buscar meios de transporte mais limpos, uma vez que as emissões veiculares respondem pela maior parte da poluição nas grandes cidades, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), através da sua Coordenação de Desenvolvimento, lançou nesta quarta-feira (29), em Curitiba, a Câmara Temática de Veículos Elétricos (CTVE).

A ideia é fomentar a discussão sobre esta tecnologia, servindo como plataforma para o desenvolvimento de projetos e busca de soluções nesta área. Segundo Marcelo Alves, economista da Coordenação de Desenvolvimento da Fiep, responsável pelo acompanhamento da cadeia automotiva e coordenador executivo da CTVE, o objetivo

desta iniciativa é disseminar e incentivar o desenvolvimento de projetos relacionados aos veículos elétricos no Paraná. "Trata-se de um espaço para a troca de informações e experiências. Vamos promover a interação entre empresas, universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo.", afirma.

Durante a primeira reunião da Câmara Setorial, a Itaipu apresentou seu case na área de veículos elétricos. A empresa foi responsável pelo primeiro projeto deste tipo no Paraná e é conhecida nacionalmente pela sua expertise tecnológica nesta área. Desde 2004, quando firmou acordo de cooperação com a empresa suíça KWO, a Itaipu já produziu 54 carros, um caminhão e um ônibus movidos exclusivamente com energia elétrica e um ônibus híbrido, que funciona com energia elétrica e etanol. Todos estes protótipos são abastecidos em eletropostos, criados através de uma parceria com o LACTEC e a Copel.

Na opinião de Celso de Novais, coordenador técnico da Itaipu e responsável pelo projeto do veículo elétrico, atualmente o motor elétrico é mais caro do que o convencional apenas por uma questão de escala, uma vez que para sua produção são necessários menos componentes. "Quando a indústria nacional passar a produzir este motor ele deve ficar mais barato", diz.

Para enfrentar esta situação, mais do que tecnologia, é preciso criar uma estrutura de mercado que viabilize o a produção em larga escala. Neste sentido, a criação da CTVE é oportuna para sensibilizar o setor produtivo desta necessidade. "O Paraná tem grandes chances de ser o protagonista desta mudança (do motor a explosão para o motor elétrico), tanto pela experiência da Itaipu nesta área quanto pela iniciativa da Fiep de promover esta tecnologia.", afirma Novais.

Durante as próximas reuniões mensais da Câmara Técnica serão criados grupos de trabalho com o objetivo de estruturar soluções para problemas específicos que venham a surgir ao longo das discussões. Estes grupos irão propor, executar e monitorar projetos e ações dos participantes.

Para o diretor de Relações Institucionais e governamentais da Renault / Nissan e vice-presidente na Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Antonio Calcagnotto, a iniciativa da Fiep aponta para um cenário promissor. "Este time vai ser responsável pela mudança de paradigma", afirma ele referindo-se à transição dos motores a explosão, mais poluentes, para os motores elétricos.

*As informações são da Fiep.*

## **Empresas em expansão necessitam de planejamento tributário e societário**

30/06/2011- O Estado do Paraná

Inúmeras empresas, quando iniciaram suas atividades, possuíam uma determinada organização societária e tributária. Porém, com o crescimento de suas atividades e a expansão de seus negócios é preciso repensar a sua gestão. Algumas mantêm a mesma forma societária e tributária, e outras alteram esta organização, mas, muitas vezes devido à urgência de adaptação às necessidades do seu crescimento. E, assim, acabam se estruturando de forma inadequada.

Nota-se que muitas empresas em expansão, seja de pequeno, médio ou grande porte, ainda possuem uma estrutura societária inapropriada e por não terem realizado um planejamento tributário adequado, estão recolhendo tributos a mais do que realmente deveriam. Dessa maneira, para as empresas inseridas no promissor mercado brasileiro, apresenta-se como prioridade o planejamento e organização quanto a sua estrutura societária e tributária.

O planejamento societário revela-se uma poderosa ferramenta para a manutenção da longevidade da empresa no mercado e também para resguardar os interesses dos sócios ou acionistas.

Em especial, um planejamento societário adequado visa por meio de contratos e formalizações antecipar futuras situações e disciplinar a forma de condução sadia da sociedade, evitando conflitos prejudiciais. Além disso, permite a melhor proteção dos bens dos sócios e da sociedade para eventual sucessão e também apresentar frente ao mercado uma estrutura bem organizada que pode valorizar a empresa e despertar o interesse de investidores.

Essa reestruturação permite estratégias em negociações para expansão da sociedade, em situações como cisão, incorporação, fusão e abertura do capital, propiciando também parcerias estratégicas, valorização da empresa para alienação e para melhor obtenção de crédito frente a bancos e fornecedores.

Quanto ao aspecto tributário, o planejamento é sempre necessário, pois a legislação brasileira é alterada constantemente e se revela extremamente complexa a sua aplicação, sendo essencial para uma implementação profissional competente e atualizada frente à legislação.

O planejamento tributário deve abarcar duas situações específicas, a tributação futura e os últimos cinco anos da empresa. Inicia-se o trabalho pela análise dos últimos cinco anos da empresa, sendo possível nesse período conhecer a estrutura e suas operações, verificando se houve no passado recolhimento de tributos a maior, possibilitando a recuperação de valores e utilização para abatimento dos tributos vincendos. Esse plano serve também para alertar os empresários acerca de eventual risco em virtude de procedimentos incorretos realizados anteriormente, os quais poderão ser corrigidos, minimizando o risco de autuações pelo Fisco.

Já quanto ao aspecto futuro, o planejamento visa por meio da análise de suas operações e qualificação tributária, apresentar alternativas para a redução dos tributos em geral, especialmente quanto ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, ISS e ICMS, que em virtude das peculiaridades da legislação podem representar significativa redução da carga tributária da empresa.

Portanto, para as empresas em geral e principalmente para aquelas em expansão, frente ao promissor mercado brasileiro, faz-se necessário um bom planejamento societário aliado ao tributário, possibilitando melhor organização da sociedade e valorização da empresa frente ao mercado. Sendo certo que a redução dos custos tributários representa uma melhor margem de lucro, mais capital para investimentos e preços mais competitivos frente aos concorrentes.

**Rodrigo Corrêa Mathias Duarte** é advogado com atuação na área tributária do escritório *Innocenti Advogados Associados* e pós-graduado em *Direito Tributário* pelo IBET-SP - [rodrigo.duarte@innocenti.com.br](mailto:rodrigo.duarte@innocenti.com.br)

## Tetra Pak investe em fábrica de testes para atrair clientes

30/06/2011- Valor Econômico

A sueca Tetra Pak está inaugurando hoje, com investimentos de R\$ 1,4 milhão, uma nova fábrica dentro do Instituto Mauá de Tecnologia, em São Caetano do Sul, para desenvolver usos para sua embalagem Tetra Recart - caixinhas acartonadas lançadas em 2006. A ideia é convencer fabricantes de alimentos a desenvolver produtos que possam ser embalados com essa tecnologia. "Hoje, 10% do mercado de vegetais em conserva utiliza a Tetra Recart. Mas podemos estender o uso dessa embalagem para outros alimentos", diz Fernando Varella, diretor-executivo de vendas da divisão de alimentos da Tetra Pak.

A diferença entre a Tetra Recart e a embalagem asséptica (de leite longa vida, por exemplo) é que, na primeira, o produto é envazado e depois esterilizado, dentro da embalagem fechada. Com a embalagem asséptica, o produto é primeiro esterilizado e depois embalado.

"Assim, os sabores e aromas dos alimentos são preservados. Tudo que é embalado na Tetra Recart mantém seu gosto e cheiro natural, sem conservantes. É a embalagem que menos interfere no produto", diz Varella. Além disso, segundo ele, produtos como feijão e outros vegetais não resistem ao processo de esterilização, a não ser dentro da embalagem.

Os fabricantes de alimentos irão pagar apenas o uso de mão de obra e o consumo de matérias-primas para desenvolver produtos que sejam compatíveis com a embalagem Tetra Recart na nova fábrica. "Hoje, ou o fabricante usa uma unidade móvel da Tetra, que nem sempre está disponível no Brasil, ou manda o produto para a Suécia, onde fica nossa sede", diz Varella. Por isso, o uso da embalagem, lançada pela companhia há cinco anos, ficou restrito a uma categoria de alimentos, os vegetais em conserva. "Em outros países onde a Tetra Pak atua, a Tetra Recart é usada para embalar risotos, sopas prontas, azeitonas, atum e até comida para gato e cachorro", diz Varella. "Nossa ideia é criar um novo conceito de alimentos prontos no Brasil", completa o executivo.

Cada vez mais o brasileiro, segundo Varella, presta atenção no tipo de embalagem de cada produto. É por isso que, além de preço, marca e qualidade, a embalagem conta na decisão de compra. "O brasileiro ainda não paga mais por um diferencial de embalagem", diz ele. "Mas quando o preço é semelhante, ele escolhe pela melhor embalagem", diz. Os quesitos que pesam para que o consumidor decida entre uma embalagem ou outra, segundo ele, são - nessa ordem - a não interferência no sabor e aroma do alimento, a abertura fácil, o fechamento fácil para ser guardada, o fato de não quebrar, e de não provocar cortes.

Nas instalações da fábrica, a Tetra Pak construiu laboratórios isolados uns dos outros para que segredos industriais dos fabricantes sejam preservados. A empresa sueca e o fabricante farão na unidade todos os testes técnicos para a provação do item. Depois, o fabricante parte para testes de mercado. A fábrica terá condições de produzir pequenos lotes do produto para esse fim. Caso o fabricante queira lançá-lo no mercado, aí ele deverá comprar a máquina de envase da Tetra Pak ou então terceirizar horas de produção do equipamento de outro fabricante de alimentos.

A SIG Combibloc, que inaugurou sua primeira fábrica no Brasil este mês, tem embalagem semelhante, segundo sua assessoria de imprensa.

## Microcrédito migra para o Sudeste

30/06/2011- Valor Econômico

A Rainha da Cocada é cliente do Banco Itaú. Cansada de empurrar carrinho de Yakult pelas ladeiras paulistanas, Izaura Neves resolveu abraçar suas raízes baianas e investir no doce de côco. O problema é que por mais gostoso que fosse o quitute, engrenar as vendas era difícil. "Eu vendia cocada na porta de casa, no degrau mesmo", diz.

As coisas começaram a mudar quando dona Izaura recebeu a visita de um agente de crédito. "Eu lembro de ter pensado 'Essa aí eu quero ajudar'", conta Marcelo Lacerda, o funcionário que visitou a quituteira. "O que me chamou atenção era o cuidado com que ela arrumava os doces pra vender no tabuleiro", lembra. Hoje, dona Izaura é cliente do banco, está no fim do terceiro empréstimo e conseguiu sair de um tablado com potes de doces para uma pequena venda, com dois freezers, onde tem de tudo. Inclusive cocada.

A Rainha da Cocada, apelido pelo qual a doceira é conhecida na vizinhança do bairro Primavera, sintetiza o novo perfil de clientes que os bancos buscam para expandir o microcrédito: empreendedores da região Sudeste do país. Aumentar a rentabilidade da operação também é desejo dos bancos.

No Brasil, as iniciativas de microcrédito produtivo começaram a se disseminar há cerca de uma década, especialmente no meio rural e nas regiões mais pobres do Norte e Nordeste. Mas os valores aplicados ainda são incipientes: em abril, essas carteiras somavam R\$ 1,1 bilhão, 45% mais do que o saldo de um ano antes, segundo os dados mais recentes do Banco Central.

Para que as operações ganhem escala, agora são as periferias dos Estados mais ricos, do Sul e Sudeste, que passaram a ser alvo dos programas desenvolvidos pelos bancos, que têm de aplicar 2% dos depósitos à vista no microcrédito ou recolher os recursos compulsoriamente no BC, sem remuneração. Com o avanço pelos centros urbanos, as instituições tentam, em alguma medida, repetir o sucesso do Crediamigo, do Banco do Nordeste, o maior programa de microcrédito do país.

Só que, para dar esse passo, o desafio é encontrar uma nova forma de abordagem. Isso porque no Norte e Nordeste as experiências mais bem sucedidas replicam o modelo internacional, com a figura do agente de crédito, que, atuando próximo às comunidades, estimula a formação de grupos de crédito solidário, de 3 a 30 pessoas. Os tomadores não só recebem os recursos conjuntamente, como também dão aval solidário à operação, uma espécie de garantia mútua. Mas as instituições enfrentam resistência para adotar esse esquema nos centros urbanos.

O Santander percebeu isso e vem fazendo adaptações. Na carteira, o banco tem cerca de 96 mil microempreendedores ativos, a maioria concentrada no Nordeste. Tradicionalmente, o banco requer a formação de um grupo de três ou mais pessoas para conceder uma linha de crédito. Já no Sudeste, houve relaxamento dessa exigência e o empréstimo pode ser feito para uma dupla.

"No Sudeste há uma lentidão na formação dos grupos", diz Jerônimo Ramos, superintendente de microcrédito do Santander. Mas se a quantidade de pessoas

diminuiu, o rigor na análise da operação aumentou. Num grupo solidário, pode haver participantes com alguma restrição de crédito, mas na dupla, não.

O Banco do Brasil, depois de se firmar no financiamento a pequenos produtores rurais no Nordeste, instalou agências no Complexo do Alemão, no Rio, e em Paraisópolis, em São Paulo, como uma espécie de laboratório para ofertar microcrédito produtivo fora do meio rural. "O Sudeste tem uma imagem de desenvolvido, mas precisa de ajuda. É com essa demanda que queremos trabalhar", diz Dan Conrado, diretor do BB.

Para prospectar o microempreendedor, o banco tem se aproximado das associações ligadas às comunidades carentes e do Sebrae, a agência de apoio do empreendedor e pequeno empresário. Em Paraisópolis, zona Sul de São Paulo, o tradicional letreiro "Banco do Brasil" foi substituído por "Banco de Paraisópolis". A instituição faz barulho com um carro de som para atrair os pequenos empreendedores locais. No ano, até 22 de junho, o BB tinha direcionado R\$ 69 milhões ao microcrédito produtivo, beneficiando 26,8 mil empreendedores.

O Itaú, que ainda não subiu no mapa e só atua no Sudeste, também encontrou dificuldade de formar grupos solidários na região. A estratégia, ao assumir as operações da antiga Microinvest, que veio no pacote da fusão com o Unibanco, foi abolir completamente a necessidade de um parceiro. "Nos centros urbanos, há uma maior dificuldade de formar laços. As pessoas mudam muito de residência e os vizinhos, às vezes, nem se conhecem", diz Carlos Ximenes, presidente do conselho de microcrédito da instituição.

Segundo Eduardo Ferreira, diretor de microcrédito do Itaú, a operação não é rentável e apenas se paga. Mas a meta é mais do que dobrar sua base de clientes ativos até o fim de 2011, chegando a 10 mil microempreendedores.

Para atingir esse objetivo, uma das armas do banco são parcerias com redes de varejo, como o Magazine Luiza. Ao mesmo tempo em que o Itaú financia os consumidores, há o compromisso do lojista de encaminhar para o banco empreendedores em potencial. O Santander tem, desde abril, uma parceria semelhante com a Natura, e toca um piloto no Rio de Janeiro, com intenção de expandir para o restante do país. Pelo acordo, o banco oferece crédito para pessoas que querem se tornar vendedoras da marca, mas têm nome sujo.

## STJ impede leilão em recuperação judicial

30/06/2011- Valor Econômico

As empresas em recuperação judicial têm conseguido no Judiciário evitar que seus bens sejam leiloados ou comprometidos para o pagamento de dívidas tributárias e até mesmo bancárias. Em casos como esses, que já encontram apoio do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tem-se aplicado o que se chama juridicamente de princípio geral de preservação ou função social das empresas. A ideia é evitar a venda ou penhora de bens essenciais à produção ou manutenção da companhia, cuja retirada significaria a quebra do empreendimento.

Essa linha de entendimento evitou, por exemplo, que uma empresa de alimentos de Itaqucetuba, interior de São Paulo, fosse despejada de sua própria sede. O imóvel onde funciona a fábrica foi dado em garantia a uma dívida de R\$ 10 milhões com um fundo de investimentos - contrato de alienação fiduciária. A empresa em recuperação judicial não conseguiu quitar o débito na data prevista e o fundo passou a ter direito

de propriedade sobre o imóvel. Por esse motivo, o credor pediu ao Judiciário e obteve decisão favorável para a desocupação do local.

No entanto, apesar de as questões previstas em contratos de alienação fiduciária não se submeterem aos efeitos da Lei de Recuperação Judicial (Lei nº 11.101, de 2005), a empresa recorreu ao STJ, que interpretou a questão de modo diverso. Para a Corte, o bem seria indispensável à preservação da atividade econômica da devedora, "sob pena de inviabilizar a empresa e os empregos por ela gerados". A companhia emprega 150 pessoas e gera indiretamente cerca de 400 empregos.

Para os ministros, isso não significa que o imóvel não será entregue ao fundo de investimentos, mas que o juiz da recuperação judicial deverá estabelecer prazos e condições para essa entrega, fixando remuneração pela ocupação do bem. O advogado Fernando De Luizi, da Advocacia De Luizi, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Guarulhos e Região, que também participou do processo, afirma que o STJ tem adotado uma posição firme em relação à constrição de bens de empresas em recuperação judicial e evitado que a retomada das companhias possa ser prejudicada. "A finalidade social das empresas, como a geração de empregos, tem sido considerada", afirma. Segundo o advogado, o mesmo princípio tem evitado que o Fisco - que não participa dos planos de recuperação judicial - consiga penhorar bens para o pagamento de débitos tributários.

No ano passado, por exemplo, o STJ determinou a devolução de duas máquinas à Borcol Indústria de Borracha, fabricante de tapetes, instalada em Sorocaba, interior de São Paulo. Os equipamentos foram leiloados em um processo de execução fiscal promovido pela Fazenda Nacional contra a empresa e chegaram a ser arrematados. A ação de cobrança foi apresentada pelo menos dois anos antes de a empresa entrar em recuperação. Como a Lei de Falências não determina a suspensão desse tipo de execução, ela continuou a correr paralelamente ao processo de recuperação.

A juíza do processo de recuperação determinou a suspensão da execução, mas o juiz federal responsável pela ação de cobrança do Fisco não aceitou o pedido. Por isso, a questão foi parar no STJ num conflito de competência entre os magistrados, pois ambos entendiam que poderiam decidir a questão. A Corte superior suspendeu os leilões por considerar mais importante naquele momento a manutenção dos empregos e a finalidade social da companhia do que os créditos fiscais. "Não é justo tirar um bem essencial de uma empresa em dificuldade. Se ela quebrar, perderá a sociedade com o desemprego e o próprio Fisco, que deixará de arrecadar tributos", afirma o especialista em recuperação judicial Júlio Mandel, do Mandel Advocacia.

Já em uma decisão recente, o STJ suspendeu a penhora de dinheiro na conta bancária da Lotáxi Transportes Urbanos, de Brasília. O advogado que representou a empresa no processo, Marcus Vinícius de Almeida Ramos, do escritório Almeida Ramos Advogados, afirma que sua cliente está em recuperação judicial e, no entanto, sofreu penhora de recursos financeiros para o pagamento de débito com o Fisco federal. Segundo ele, esse tipo de decisão quebra o plano de recuperação judicial, elaborado a partir de um planejamento de pagamento dos credores. "Essas decisões atacam o patrimônio da empresa e podem inviabilizar o plano", afirma Ramos.

Nesse caso, além da função social da empresa, o STJ considerou que apesar da Lei de Falências ser de 2005, até hoje não foi aprovado pelo Congresso, como previsto na própria norma, um parcelamento especial para as empresas em recuperação judicial, destinado a quitar débitos com os fiscos estaduais, municipais e federal.

## Construção civil cresce pela primeira vez

30/06/2011- Agência CNI

**Brasília** – A atividade na construção civil cresceu pela primeira vez no ano, registrando 53,1 pontos em maio, informa a Sondagem Indústria da Construção, divulgada pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) nesta quarta-feira, 29 de junho. Os indicadores variam de zero a cem. Valores acima de 50 mostram crescimento, atividade acima do usual ou expectativa positiva.

As grandes empresas puxaram o indicador da atividade no setor ao marcar 58 pontos. As médias empresas registraram 51,2 pontos e as pequenas, 50,1 pontos. Embora positiva, a atividade da construção civil entre abril e maio registrou crescimento menos intenso em relação ao mesmo período do ano passado, quando assinalara 55,8 pontos.

Em relação à atividade usual para o mês de maio, o indicador registrou 50,9 pontos, voltando ao nível normal para o período, após ter caído a 48,3 pontos em abril. O número de empregados também cresceu em maio, assinalando 52,6 pontos, quando em abril registrara declínio, com 49,9 pontos.

O economista da CNI, Danilo Garcia, pondera que o crescimento da construção civil pela primeira vez no ano deve ser encarado com moderação. “Não dá para afirmar que a mudança para o crescimento é permanente. Temos de aguardar os próximos indicadores para verificar se há realmente uma tendência positiva”, declarou.

**OTIMISMO MAIOR** – A Sondagem Indústria da Construção pesquisa junto aos empresários suas expectativas para os próximos seis meses sobre nível de atividade, novos empreendimentos, compras de insumos e contratação de pessoal. Em relação ao nível de atividade, o indicador atingiu 63 pontos. As expectativas sobre novos empreendimentos e serviços registraram 62 pontos. O indicador de compras de insumos e matérias-primas marcou 62,2 pontos e o de número de empregados, 61,8 pontos.

De acordo com a Sondagem, o crescimento de todos os indicadores de expectativas para os próximos seis meses mostra um otimismo mais disseminado. “Contudo, o nível de expectativa ainda é inferior ao observado em junho do ano passado”, destaca a pesquisa.

A Sondagem Indústria da Construção foi realizada entre 31 de maio e 15 de junho com 424 empresas, das quais 210 são pequenas, 164 médias e 50 grandes.